

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

26 a 01 de julho de 1992 - Nº 48

ANGOLA: Chipenda desarruma o cenário político

A decisão tomada por Daniel Chipenda de afastar-se do bureau político do comité central do MPLA, e do cargo de diretor-geral da campanha do partido, foi comunicada oficialmente ao próprio comité-central através de uma carta, onde o antigo líder da revolta do leste apresenta suas razões para tal atitude. Entre as quais destacam-se o que Chipenda denominou de "falta de transparência na forma como foi decidida a escolha do candidato do partido às eleições presidenciais" e o fato "de não ter encontrado no seio da direção do partido o carinho que merecia".

Uma rápida revisão na trajetória política atribuída a Daniel Chipenda — desde o momento da efervescência da luta anti-colonial implementada pelo MPLA, até o seu retorno ao partido para dinamizar a idéia da "grande família MPLA", juntamente com as suas últimas declarações dos motivos pelo qual estava propondo um distanciamento deste partido — fazem com que esta nova atitude perca um pouco seu caráter surpreendente.

Chipenda acredita que a realização de um segundo turno para as eleições presidenciais seja algo inevitável e, desta forma, já elegeu como oponente o líder da UNITA, Jonas Savimbi. Certamente, o MPLA não tentará uma estratégia arriscada, em decorrência do curto tempo para as eleições, de lançar a candidatura de Chipenda, como balão de ensaio, para "roubar" parte do eleitorado de Savimbi. A ação independente desta candidatura teria por fim a desistência de Chipenda com o objetivo de tentar transferir a totalidade de seus votos para José Eduardo.

Na verdade esta atitude de Daniel Chipenda é fruto de uma avaliação das possibilidades internas e dos possíveis apoios externos que poderiam ser mobilizados em favor de sua candidatura. A partir desta avaliação o antigo líder da revolta do leste decidiu testar o seu grau de popularidade face à figura marcantemente MPLA de José Eduardo. A forma amável com que se referiu à candidatura de José Eduardo, mesmo após a ruptura com o MPLA, proporciona a idéia de que o inimigo maior

como o próprio Chipenda afirmou, é a UNITA, e que a posterior aliança com o MPLA é algo inevitável. Chipenda, provavelmente, não resistiu à tentação de alcançar uma posição na linha de frente da política angolana. (p. 01 a 06).

MB

NESTA EDIÇÃO:

A FLEC-FAC rapta 2 franceses e
2 angolanos em Cabinda
pp. 03 e 05

Entrevista de Daniel Chipenda ao Expresso
p.04

PAIGC inicia diálogo com a oposição
p.07

Entrevista do primeiro-ministro de São Tomé
e Príncipe, Norberto Costa Alegre, ao Público
p.11

Encontro Chissano-Dhlakama marcado
para 4 de agosto
p.08

ÁFRICA DO SUL: Possibilidade de retomada de negociações

Teve início a visita do enviado especial da ONU, o ex-secretário de Estado norte-americano Cyrus Vance, que tem por objetivo contribuir para o reatamento das negociações entre o governo e o ANC, diminuindo o clima de tensão e violência vigente no país. Para tentar combater a violência o ANC solicitou uma audiência com o rei dos zulus, Goodwill Zwelithini, que demonstrara preocupação com a intensidade e o caráter étnico de que ela vêm se revestindo.

Por seu lado, o governo sul-africano, pressionado pelas manifestações de massa convocadas pelo ANC, pela firme postura adotada por este, dá sinais de que pretende adotar uma atitude conciliatória, fazendo algumas concessões, para que seja viabilizada a retomada das negociações nos quadros da CODESA (Conferência por uma África do Sul Democrática). Aparentemente, as forças políticas sul-africanas começaram a dar encaminhamento à solução da crise política, através do único recurso possível: o diálogo. (p.12).

FN

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622

R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

MOÇAMBIQUE: Enquanto os efeitos da seca e da fome se agravam, em Roma surge a perspectiva do cessar-fogo.

Diante da continuidade da guerra, e da demora na fixação de normas para um acordo entre as partes, mais o país convive com suas infra-estruturas destruídas, seus laços familiares e com a terra esfacelados, com o crescente número de refugiados e esfomeados, etc. Talvez, o agravamento do tripé trágico - GUERRA, SECA e FOME - tenha sensibilizado as partes a tentarem um acordo de paz: parece não haver sequer sementes para a próxima semeadura. Esse quadro demonstra que a assistência humanitária e a cooperação serão imprescindíveis durante muito tempo a Moçambique, pois ao país serão necessários vultosos planos de reconstrução infra-estrutural.

Prever-se para 3 ou 4 de agosto o importante encontro, em Roma, entre Dhlakama e Chissano. Apesar da catastrófica situação interna moçambicana, as perspectivas suscitadas giram em torno da esperança e do ceticismo. A agenda do encontro discutirá um cessar-fogo definitivo ou, pelo menos, um cessar-fogo condicional. Na verdade, Chissano e Dhlakama, os observadores internacionais e os representantes governamentais chegam próximo a este encontro com muitas questões em aberto.

Cabe-nos, minimamente, esperar que o mesmo marque uma nova fase nas negociações, pois a seca, a fome, as mortes... estão avançando. Por sinal, seus ecos, com certeza, estão impondo urgência e decisão na resolução das discórdias entre os homens. (pp. 8-10). EB

CABO VERDE: Nova constituição em discussão.

Iniciou-se no dia 20/07 a sessão extraordinária do Parlamento cabo-verdiano que irá votar a nova constituição do país. O PAICV, que dirigiu Cabo Verde até o início de 1991, vem manifestando sua insatisfação com a forma pela qual o MPD, partido no poder, vem conduzindo os debates. Como o MPD tem maioria absoluta no Parlamento (56 entre 79 deputados; o PAICV tem 22), o partido do primeiro-ministro Carlos Veiga aparenta ter condições para impor seu projeto, que tem um cunho marcante parlamentarista. Todavia, as resistências encontradas entre deputados do MPD a este sistema podem tornar a aprovação do projeto defendido pela direção do partido problemática, posto que, mesmo possuindo a maioria necessária, "basta ao MPD perder o controle de três dos seus deputados para ver o projeto inviabilizado", como recorda o correspondente do Público em Praia, José Vicente Lopes. (p.7). FN

A ruptura definitiva com o MPLA

PUBLICO

QUINTA-FEIRA 23 JULHO 1982

António Matos,
em Luanda

Chipenda parece decidido a candidatar-se à Presidência da República, intenção que a confirmar-se significará uma ruptura definitiva com o MPLA e terá consequências sobre o próprio desfecho das presidenciais. Um novo facto político que animará o período pré-eleitoral.

Daniel Chipenda, figura "histórica" da MPLA, é aguardado amanhã em Luanda, onde deverá apresentar publicamente a sua candidatura às próximas eleições presidenciais, marcadas para 29 e 30 de Setembro.

Depois de ter pedido,

quinta-feira, a suspensão do Bureau Político do Comité Central do MPLA — órgão que passou a integrar no passado mês de Maio — e do cargo de director da campanha eleitoral do partido governamental, Daniel Chipenda prepara-se para formalizar uma "candidatura independente" à Presidência da República.

A concretizar-se, esta decisão de Daniel Chipenda significará uma "ruptura" com o partido em que se destacou nos anos 60 e 70. "Se se confirma a sua candidatura, conforme panfletos que correm aqui por Luanda, vai ter de se desvincular do MPLA. Aí haverá ruptura", disse o secretário para a informação do MPLA, João Lourenço, em entrevista ontem publicada pelo "Jornal de Angola".

Para o porta-voz do partido no poder, Daniel Chipenda "não foi frontal" ao não expor as suas posições e os seus argumentos na reunião do bureau político em que

participou. O líder da revolta de Leste invocara "falta de transparência" na forma "como foi decidida a escolha do candidato do partido às eleições presidenciais angolanas". João Lourenço considera, por seu lado, que "as razões apresentadas" não são fundamentais "para levar um político sério a abandonar o partido".

Chipenda queixou-se ainda, na carta que dirigiu ao partido pedindo a sua suspensão dos cargos que desempenhava, "de não ter encontrado no seio da direcção do partido o carinho que merecia" e da falta de definição do seu papel na direcção da campanha eleitoral, que não chegou a assumir efectivamente.

FDA abre as portas

O Fórum Democrático Angolano (FDA) declara-se, entretanto, disponível para acolher Daniel Chipenda, hipótese considerada pouco

provável pelos observadores em Luanda. Assis Malaquias, vice-presidente do FDA, afirmou que o seu partido "não só está aberto a esta possibilidade como também estaria honrado" com o facto de Chipenda poder vir a ingressar nas suas fileiras.

Este cenário afigura-se, contudo, pouco provável, até porque para a formulação da candidatura à presidência não é necessário o apoio de um partido, sendo suficiente a apresentação de cinco mil assinaturas. Admite-se, aliás, em Luanda, que este processo estaria já em curso e que os contactos mantidos por Daniel Chipenda em Marrocos e Portugal se destinaram a negociar apoios políticos e financeiros à sua candidatura.

O prazo de apresentação de candidaturas às eleições legislativas e presidenciais termina no próximo dia 29, altura em que se deverá registar uma triagem significativa nos cerca de 30 partidos entretanto perfilados.

A luta pela sobrevivência

LIANO TESSERA

DANIEL CHIPENDA, 61 anos, não surpreendeu quem conhece o seu percurso, ao abandonar o Bureau Político do Comité Central do MPLA e a direcção da respectiva campanha eleitoral, apenas dois meses depois de ter assumido essas funções. Possuidor de um passado político que o levou do MPLA à FLNA e à UNITA, o seu regresso ao partido governamental, depois de uma longa travessia no deserto em Portugal. Desde cedo despertou grandes interrogações.

Figura "histórica" do MPLA — ainda estudante em Coimbra dirigiu uma das "grandes fugas" colectivas de militantes de Portugal e durante a guerra combateu em várias frentes, designadamente nas de Cabinda e do Leste — Daniel Chipenda liderou em 1974 a chamada "Revolta do Leste", capitalizando o descontentamento dos guerrilheiros em relação à direcção de Agostinho Neto, a quem disputou a presidência do movimento no célebre congresso de Lusaka, nesse mesmo ano, considerado uma das "páginas" mais confusas e turbulentas da história do MPLA.

Regressa a Luanda, como "vice-presidente" de um movimento em crise, abrindo algumas delegações da denominada "facção Chipenda" que seriam arrastadas pelos combatentes fiéis a Neto, logo no início dos confrontos entre os dois movimen-



tos (UNITA, MPLA e FNL) signatários dos acordos do Alver. A sua primeira ruptura com o MPLA estava consumada.

Associa-se depois à FNL, inicialmente ainda como "facção Chipenda". Seguiu-se um processo nebuloso que se confundiu na Guerra Civil em Luanda (que após sobretudo o MPLA e a FNL) e culminou com a retirada de Holden Roberto do teatro de guerra. No Namibe, a UNITA e a

FNL proclamam a 11 de Novembro de 1975 uma outra República, de curta duração, quer para a aliança entre os dois, que termina com sangrentos confrontos, como pela chegada em 1976 das tropas governamentais.

Em Portugal, passos por dificuldades financeiras e admite mesmo que, entre 1979 e 1980, recebeu dinheiro de Jonas Savimbi. A sua sobrevivência política tem ainda um hálio de origem na "Convergência Democrática", de que toma a iniciativa como forma de congregar todas as forças hostis ao MPLA e à presença cubana em Angola.

Genha, com isso, as simpatias da UNITA, interrompidas com o namoro do partido no poder, que o reintegra como embaixador de Angola no Cairo nos finais de 80 e a protagonizar, já este ano, o movimento para a reunificação "da grande família" do MPLA, que o leva no congresso de Maio ao Bureau Político do Comité Central do

partido. A sua sobrevivência política está agora, mais do que nunca, em causa. Caso se confirme a sua candidatura presidencial, que é previsível para um homem que nunca seitou ser segunda figura, Chipenda junta-se a Holden Roberto na categoria dos "intrusos" numa corrida que irá, certamente, ser polarizada em Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi e A.J.

Daniel Chipenda ao PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 21 JULHO 1988

“Quero ser a ponte entre o MPLA e a UNITA”

ALBINO VERGARA

Jorge Heitor

Daniel Júlio Chipenda, de 61 anos, herói de muitas aventuras angolanas, diz agora que prefere ver-se numa função suprapartidária, muito mais como estadista do que como dirigente dum partido. E que dentro de uma semana poderá decidir-se, em definitivo, se será ou não candidato à Presidência da República.



Chipenda prepara-se para fundar o eventual movimento da sua candidatura à Presidência.

“Antes de mais nada, o que pretendo é o consenso nacional. Quero ser a ponte entre as direcções do MPLA e da UNITA. Tal como ajudei a unir a família do MPLA, quero agora ajudar a unir a nação”, declarou ontem ao PÚBLICO, pouco depois de ter chegado a Portugal, um dos fundadores do Movimento Popular de Libertação de Angola, Daniel Chipenda, visto em alguns meios como

eventual candidato à chefe do Estado.
“Deixei uma carta ao Comité Central a pedir a minha desvinculação das funções de director-geral da campanha e a suspensão temporária do meu lugar no Comité e no Bureau Político. As coisas não foram muito transparentes e não queria participar numa farsa”, afirmou-nos o antigo guerrilheiro, que se quisou de

não ter tido toda a responsabilidade do lugar para quem haviam nomeado: “Deixei uma enciclição.”
Daniel Chipenda admitiu-nos que no seu regresso a Luanda, dentro de cinco ou seis dias, poderá lançar uma candidatura independente à Presidência de Angola, conforme a reacção que entretanto recolher a esta ideia por parte de pessoas tanto den-

do do MPLA como fora deste partido.
“Quero que se saiba não se dar o exemplo de transparência. Até para José Eduardo dos Santos teria sido ótimo que se tivessem realizado eleições ao nível do Comité Central. Mas não houve debate. Não foi bem isso que me obrigou a sair, mas acelerou o processo”, prosseguiu o controvertido político, do qual al-

guns comentadores têm dito que não sabe ser uma segunda figura.

Compasso de espera

“Se defendo a democracia, é para todos. Que eu esteja tão bem no MPLA como na UNITA, tenho parentos de ambos os lados. Devíamos estar um pouco a bipolarização. Não tenho dúvidas de que arrancaria votos tanto de um lado como do outro. Mas não quero fazer aqui em Portugal a afirmação de que me vou candidatar. Tudo dependerá da forma como encontrarmos a situação em Luanda”, disse-nos Chipenda, que alegou ter muitas dúvidas não dos militantes da UNITA.

Quando interrogado sobre o que poderá resultar da sua actual suspensão voluntária de militância no MPLA, ao qual voltara oficialmente há poucos meses (se regressará ou se afastará de vez), respondeu: “Quando se quer fazer política aceita-se os compassos de espera.”
Não cre que haja já tempo de formar um novo grupo político especificamente para apoiar uma sua possível candidatura

presidencial, mas admite que “no caso de (a mesma) vingar” possa vir a surgir no futuro uma nova força política, sob a sua égide.

Para si, que passou pela capital marroquina a caminho de Lisboa e que na quinta-feira vai até Paris, antes do regresso a Angola, “tudo se desenvolverá a partir deste momento”, com vista ao desejado “consenso nacional”.

Acerca do Cabinda, Daniel Chipenda, que lá combateu, durante a luta pela independência de Angola, afirmou ao PÚBLICO que a situação se está a agudizar porque “nunca o diálogo foi orientado dentro de um contexto objectivo: A entidade própria de Cabinda é uma realidade. Há que fazer todos os esforços para que a nossa convivência com o povo de Cabinda não seja discriminatória. É preciso falar com Nzita (Nzita Tiago, fundador da FLEC)”.

A acrescentou, porém, que se começam a alterar-se as fronteiras reconhecidas na carta da OUA haverá uma “onda tumultuosa” a varrer a África.

Em Luanda, entretanto, já começou a correr um panfleto intitulado “Daniel Chipenda luta pela unificação da nação angolana” e o prazo para a apresentação de candidaturas individuais à Presidência da República expira no dia 29 deste mês.

UNITA formaliza candidatura de Savimbi

António Matos,
em Luanda

Chipenda afirma ser o único que se pode opor a Jonas Savimbi, cuja candidatura presidencial foi ontem formalizada em Luanda, na sua ausência. Já na contagem decrescente para as eleições, Cohen e Darão Barroso visitam Angola na próxima semana.

A UNITA formalizou ontem a candidatura de Jonas Savimbi às eleições presidenciais marcadas para os próximos dias 29 e 30 de Setembro. O secretário da UNITA para os Negócios Estrangeiros, Abel Chivukuvuku, entregou o processo de candidatura no Tribunal Popular Supremo, em Luanda.

Jonas Savimbi, presidente da UNITA, não esteve presente à formalização da sua candidatura, realizada no fim da manhã de ontem na capital

angolana. "Não era imperioso que o dr. Savimbi estivesse cá. Estamos a dar prioridade ao contacto directo do candidato com os eleitores", explicou Abel Chivukuvuku, designado no dia 21 de Julho, pela direcção do partido, mandatário do candidato presidencial. Savimbi encontra-se na província do Bié, onde permanecerá até amanhã.

Savimbi, que no próximo dia 3 de Agosto completa 58 anos, foi o primeiro a formalizar a candidatura às eleições presidenciais, depois de José Eduardo dos Santos, actual Presidente da República, Holden Roberto, presidente da FNLA, e Daniel Chipenda, dissidente do MPLA, terem já anunciado igual intenção.

Chipenda contra Savimbi

Daniel Chipenda, que a semana passada se demitiu dos cargos de director da campanha eleitoral e do Bureau Político do Comité Central do MPLA, afirmou entretanto que Jonas Savimbi é um adversário "perigosíssimo". Em entrevista à agência angolana

Angop, o líder da "Revolta de Leste" disse que "nunca houve uma situação mais favorável para derrotar a UNITA", acrescentando: "A democracia só vingará se conseguirmos realmente combater Savimbi".

Para Chipenda, a UNITA "pretende uma bipolarização para a qual o MPLA tem estado a contribuir", assumindo-se ele próprio como o único políti-

co capaz de evitar esse cenário: "Não vejo em Angola mais ninguém com potencial carismático para barrar esta situação".

O ex-director da campanha eleitoral do MPLA, que tem produzido nos últimos dias várias afirmações consideradas contraditórias pelos observadores em Luanda, admitiu ainda em entrevista à TSP, em Lisboa, a possibilidade de

apojar José Eduardo dos Santos, caso venha a desistir da sua candidatura presidencial.

O prazo de apresentação das candidaturas às eleições presidenciais e legislativas de 29 e 30 de Setembro termina na próxima quarta-feira.

Hoje, no Bié, a UNITA promove uma reunião da Comissão Política, alargada aos representantes provinciais, para elaboração das listas de candidatos às legislativas, cuja entrega no Tribunal Popular Supremo está prevista para segunda-feira. Uma segunda-feira está também marcada para uma reunião magna da FNLA, com a mesma finalidade. Recorde-se que até este momento estão legalizados 12 partidos em Angola.

Barroso e Cohen no balanço do registo

O secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Darão Barroso, e o subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, assistem no próximo dia 31 à reunião em que o Conselho Nacional Ele-

toral fará o balanço do registo. Os dois governantes dos países observadores do processo de paz em Angola chegam a Luanda no dia 30 de Julho, para aquela que se prevê venha a ser a sua última visita antes das eleições. Como habitualmente, Cohen e Barroso vão encontrar-se com os signatários dos acordos de Bicesse, José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi.

O registo eleitoral, que se previa viesse a estar concluído no dia 31 de Julho, deverá, entretanto, prolongar-se até meados de Agosto, dadas as dificuldades logísticas com que se têm deparado as brigadas. O número mais insistente-mente referido de eleitores a registar é de quatro milhões, que o director-geral das Eleições, Onofre dos Santos, considera ser possível atingir.

Em Washington, o representante especial do secretário-geral das Nações Unidas em Angola, Margaret Anstee, apelou na quarta-feira à comunidade internacional que apoie rapidamente a actual fase do processo eleitoral no país, nomeadamente com meios de transporte aéreo, tendas, alimentos e medicamentos.

FLEC contra FLEC

O RAPTO de quatro pessoas (dois franceses e dois angolanos) reivindicado em Kinshasa pelo porta-voz do fundador da FLEC-FAC, Nzita Tiago, não tem nada a ver com o programa político-diplomático e militar do Conselho Supremo de Coordenação da Frente de Libertação de Esclavo da Cabinda, diz o secretário-geral desta organização, Francisco Pese Bambi, num comunicado distribuído ontem em Paris. Bambi reivindica o apoio para a sua organização de duas das três facções armadas com actuação no enclave — a FLEC-Renovada, de Tibúrcio Luemba, e a FLEC-Lubota, sob o comando de Inácio Kivila — e chama a atenção para o facto de os raptos da FLEC-FAC não terem sido reivindicados pelo seu chefe de Estado-Maior, Victor Gomes, sugerindo a existência de divergência naquela força independentista. Fonte cabinda disse, entretanto, ao PÚBLICO que as autoridades francesas deram 48 horas a Nzita Tiago, que reside em Paris, sujeito a tratamento médico, para explicar as razões dos raptos.

Daniel Chipenda

«É necessário um candidato suprapartidário»

Nicole Guardiola

EXPRESSO — Tinha scelto dirigir a campanha do MPLA para as eleições legislativas. De repente, mudou-se e anunciou a sua candidatura ao presidencialismo. Porquê?

DANIEL CHIPENDA — Já me considero um legislador desinteressado pelo processo de democratização angolano. Por isso optei liderar a campanha do MPLA. Mas não a decisão de celebrar no mesmo tempo as legislativas e a presidenciais as coisas alteraram-se.

EXP. — Em que sentido?

D. C. — Assiste-se a uma tendência bipartidária, a uma tendência para pôr em campanha um tempo dos chefes dos dois grandes partidos.

O MPLA e a UNITA estiveram envolvidos numa guerra civil. Não podem dar garantias de uma verdadeira mudança, nem de que, após as eleições, haverá democracia e respeito por todos os partidos. Isso só será possível se o Presidente for suprapartidário. Resolvi por isso candidatar-me à presidência.

EXP. — Por que é que decidiu candidatar-se contra Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi?

D. C. — Savimbi tem um projeto pessoal, não nacional. Eduardo dos Santos diz que quer ser um candidato nacional, mas isso é muito difícil sendo chefe de um partido.

EXP. — Com que partido se candidatará?

D. C. — Não posso dizer. Não sou membro de nenhum partido. Não quero ser associado a nenhum partido.

EXP. — Quando se vai candidatar?

D. C. — Não sei. Quando houver condições para isso.

EXP. — Quando é que se vai candidatar?

D. C. — Não sei. Quando houver condições para isso.

EXP. — Quando é que se vai candidatar?

D. C. — Não sei. Quando houver condições para isso.

de 1976 a 1974, e pelas máfias, que estiveram envolvidos numa guerra fratricida. Não basta dar-lhes dinheiro. É preciso dar-lhes um futuro. Não é a mesma coisa.

EXP. — Qual é o seu projeto?

D. C. — Não há projeto já feito. É preciso fazer reflexão profunda e diálogo com toda a população.

EXP. — A inauguração aprovou-se. Acha que as eleições estão em perigo?

D. C. — Há partidos interessados em provocar a discórdia, a instabilidade. Creio que isso não se levanta a parte alguma. Não há nada a fazer agora. As populações estão satisfeitas. Mas a instabilidade pode afectar as eleições. Precisamos de condições mínimas de que podemos assegurar vivamente.

EXP. — De ser eleito Presidente, gostaria de nomear Jonas Savimbi como primeiro-ministro?

D. C. — Não creio que deva ser feito ser primeiro-ministro. Quer ser Presidente, quer ser primeiro-ministro. Mas os dois cargos não podem ser ocupados por uma mesma pessoa. Depois das eleições, quem ganhar não ficará com todos os poderes. A melhor solução é a melhor solução.

EXP. — Quando é que se vai candidatar a um declínio no PR?

D. C. — Não informei o presidente. Enviei uma carta ao Conselho do MPLA.

EXP. — Qual foi a reacção?

D. C. — Foi que já discutimos o assunto mas ainda não se decidiu nada.

EXP. — Não se que se sabe porque sentiu falta de apoio por parte do MPLA.

D. C. — É verdade que não tive apoio, mas não fiquei zangado.

EXP. — De que sector em particular?

D. C. — Da direcção. Em todas as partes onde estive em campanha recebi apoios muito entusiastas dos militantes, da população.

EXP. — Todos os candidatos esperam ganhar...

D. C. — Há candidatos conscientes e candidatos arrojadados...

EXP. — É um candidato arrojado?

D. C. — Sou um candidato consciente.

EXP. — Apostá numa segunda volta?

D. C. — Com certeza.

EXP. — Contra quem?

D. C. — Savimbi, naturalmente.

EXP. — E espera que Eduardo dos Santos o apoie na segunda volta?

D. C. — Absolutamente. Não há outra alternativa. Da mesma maneira que o apoio da população é necessário para viverem bem, é preciso apoiar o mal menor.

EXP. — A UNITA é o mal menor?

D. C. — Sem dúvida.

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 24 JULHO 1992

Polícia angolana mostra alegado "autor moral"

A POLÍCIA angolana mostrou ontem imagens televisivas de uma pessoa identificada como "Gihepele", que seria, alegadamente, o autor moral do assassinio de sete portugueses, no dia 25 de Abril, na praia de São Brás, 100 quilómetros a sul de Luanda. As imagens, segundo noticiou a agência Lusa, foram extraídas de uma reportagem feita pela televisão angolana há 12 dias, na Jamba, o quartel-general da UNITA, durante a libertação de 20 presos de guerra do Governo ainda em posse daquele partido. Consta que a polícia terá dados complementares sobre "Gihepele", a quem caberia "trabalhar" os presos de guerra regressados à alçada do Governo e do MPLA. "Gihepele" foi localizado mediante um retrato "robot" e identificado por dois dos três alegados autores do massacre.

Hiper inflação em Angola

O ÍNDICE angolano de preços no consumidor registou um agravamento de 7 por cento entre Maio para Junho deste ano. O aumento anual em relação a Junho de 1991 cifrou-se em mais de 220 por cento. O boletim do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), refere que o índice foi deflacionado sobretudo pelo au-

EXPRESSO, SÁBADO 25 DE JULHO DE 1992

mento de preços nos grupos de consumo de bens e serviços, alimentação e educação. A variação percentual acumulada de Junho de 1991 a Junho deste ano foi de mais de 220, segundo o INE.

Os agravamentos percentuais de preços foram de 493 no mobiliário, 402 na educação, cultura e recreio, 299 em bens e serviços avulsos, 224 na alimentação, bebidas e tabaco, 200 na saúde e serviços médicos, 114 na habitação, combustíveis e electricidade e 68 no vestuário e calçado.

DEPOIS DE UM DIVORCIO AMIGAVEL DO MPLA

A corrida de Chipenda

Gustavo Costa em LUANDA

A APRESENTAÇÃO formal, na quinta-feira, ao Tribunal Constitucional, da candidatura de Jonas Savimbi às presidenciais e o início, ontem, de uma ofensiva política do Presidente Eduardo dos Santos nas províncias de Huambo e Bié poderão ter sinalizado o arranque de campanha eleitoral em Angola.

Entretanto, a saída de Daniel Chipenda da direcção do MPLA e o anúncio de que irá candidatar-se à Presidência como independente criaram, nos quatro dias do fim de prazo de formalização das candidaturas presidenciais, um ambiente de expectativa e fizeram subir a temperatura no seio do partido governamental, que parece ter já prontas as listas para as legislativas.

No centro do país, Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi poderão viver o primeiro braço-de-luta indirecto com a presença simultânea no BIÉ, onde a Comissão Política da UNITA deverá apresentar os nomes das suas candidaturas às legislativas. Para alguns observadores, a chegada dos dois líderes representa o primeiro passo para uma política ao que será Angola de duas frentes.

Estima-se que os dois líderes tenham sido oficialmente apresentados nos últimos dias de Junho em Luanda, onde se encontram os Santos mais do que os Chipenda, que se vão de um a cheque e fuzilagem de Luanda.

O regresso ao terreno de Daniel Chipenda a Luanda poderá, contudo, alterar o quadro eleitoral. Chipenda, antes de ir com diversos partidos para a oposição, esteve nos últimos procurados pelos movimentos de libertação de Chipenda da UNITA.

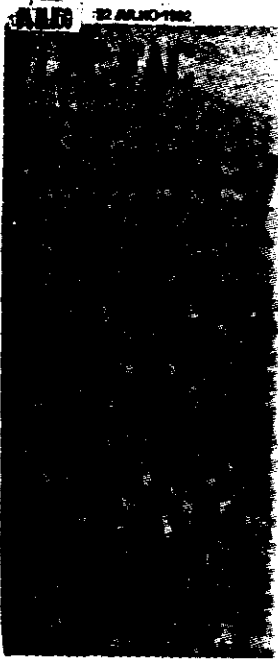
UNITA
A UNITA, liderada por Jonas Savimbi, anunciou ontem a sua candidatura às eleições presidenciais e legislativas. O partido, que se encontra em luta armada contra o governo de Eduardo dos Santos, prometeu uma campanha eleitoral baseada na justiça social e na defesa dos interesses populares. Savimbi afirmou que a UNITA não se recusa a dialogar com o governo, desde que este esteja disposto a negociar em condições de igualdade.

EXPRESSO, SABADO 25 DE JULHO DE 1992

PUBLICO TERÇA-FEIRA, 21 JULHO 1992

FLEC rapta mais quatro

A FLEC-FAC, de Nzita Henriques Tiago, raptou na semana passada, na fronteira de Cabinda com o Congo, dois franceses e dois ingleses, mantendo três deles num acampamento em Belize, Norte do território, disse uma fonte oficial congoleza à agência Lusa. Os quatro homens foram interceptados por guerrilheiros de Nzita Tiago — líder da facção armada considerada mais importante do movimento independentista — quando se dirigiam à capital do enclave para instalarem fornos numa padaria. A FLEC-Renovada, de Tibúrcio Luemba — outra das três facções armadas que actuam no território —, libertou no passado fim-de-semana quatro empregados de uma firma portuguesa de construção, capturados no passado dia 5 na mesma área de Cabinda. Em declarações divulgadas na edição de ontem do PUBLICO, Nzita Tiago ameaçou prosseguir a guerra se Angola não retirar do enclave, ao mesmo tempo que o secretário-geral do Conselho Supremo de Coordenação da FLEC, de cujo colégio presidencial Tibúrcio Luemba faz parte, exigia o reconhecimento por parte de Portugal de que o III Governo provisório cometeu concessão territorial sobre Cabinda, ao permitir a anexação do enclave por Angola.



"Basquete" angolano na antecâmara do sonho

PÚBLICO DOMINGO, 26 JULHO 1982

Nelson Veiga,
em Barcelona

Poderia pensar-se que os basquetebolistas angolanos maldizem a sua sorte por terem hoje que enfrentar "a equipa de sonho" dos EUA. Nada mais errado. Eles estão ansiosos por jogarem com os seus ídolos e poderem, mais tarde, contar a história.



A EQUIPA de basquetebol angolana vive na antecâmara do sonho. Hoje, graças aos caprichos do sorteio, cabe-lhe a suprema honra de ser a primeira vítima do conjunto de estrelas da NBA que formam a selecção dos Estados Unidos.

"Estamos todos muito entusiasmados, emocionados mesmo, com a oportunidade que se nos abriu de defrontar a melhor equipa do mundo", confessou-nos ontem o técnico angolano, Vitorino Cunha, enquanto esperava, à porta da aldeia olímpica, um transporte que conduzisse os seus jogadores ao derradeiro treino antes da ambicionada "première" (15h30 de Portugal com transmissão directa garantida em vários canais estrangeiros de televisão).

"O simples facto de sermos os primeiros a defrontar uma equipa da NBA nuns Jogos Olímpicos vai fazer-nos entrar na história do basquetebol", diz Vitorino Cunha, que no entanto pretende que essa entrada se faça pela positiva. Não com um a vitória, que isso não estará ao alcance de qualquer formação deste planeta, mas através de uma "boa exibição" e de um resultado honroso que, na opinião do técnico angolano, será "sofrer menos de 120 pontos e não perder por mais de 45 de diferença".

Com seis jogadores que actuam em equipas portuguesas, entre os quais os benfiquistas

José Carlos Guimarães e Jean-Jacques, a formação angolana está já desfalcada de Ivo Alfredo, um dos seus mais categorizados elementos, regressando a Luanda com um ataque de varicela. Vindos dos EUA, onde realizaram um estágio de 18 dias com 9 jogos disputados (5 vitórias e 4 derrotas), os basquetebolistas angolanos, segundo o seu treinador, estão num "momento muito interessante" de forma, embora não alimentem outras esperanças que não sejam "mostrar um comportamento digno".

"O sorteio colocou-nos num grupo em que uma vitória só poderá acontecer por milagre. No outro grupo há equipas do nosso nível, como a Venezuela, mas os nossos adversários directos estão todos muitos furos acima, casos da Croácia, Alemanha, Espanha e Brasil", explica o técnico angolano, que não atribui grande importância ao facto de metade dos seus jogadores actuarem no estrangeiro: "Eles jogam juntos há quase dez anos, conhecem-se bem e o jogo de conjunto afina-se rapidamente".

Mais problemático é o desenvolvimento da modalidade em Angola: "São as dificuldades próprias de um país saído da guerra", concluiu Vitorino Cunha, um técnico português há 17 anos radicado em Angola e que se considera já angolano.

A confirmação de que o Angola-EUA de hoje será o acontecimento do dia é dada pelo interesse e espaço que toda a imprensa catalã de ontem concedia ao jogo. O tom dominante era de grande simpatia pela formação angolana, uma equipa desconhecida que servirá de parceira para o aquecimento das grandes estrelas norte-americanas. Curiosa a comparação que o articulista do "Observer" fazia para diferenciar o potencial das duas formações: "O melhor jogador angolano é Jean-Jacques, que actua no campeonato português e ganha cerca de 800.000 pesetas mensais, enquanto Larry Bird, por exemplo, embolsou nas duas últimas épocas mais de 800 milhões de pesetas". Palavras para quê? ■

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 24 JULHO 1982

Deputados divergem sobre visita a Angola

UMA EVENTUAL deslocação a Angola de uma delegação parlamentar portuguesa por ocasião das próximas eleições naquele país está a causar divisões entre os deputados da Comissão de Negócios Estrangeiros, em particular entre os do PS e do PSD, que divergem quanto à necessidade ou não de um convite prévio das autoridades angolanas.

Embora uma visita a Angola conste do programa de trabalhos da Comissão aprovado no início do ano parlamentar, os socialistas democratas entendem que os deputados só deveriam deslocar-se a aquele país em período eleitoral na sequência de um convite, enquanto o PS tem vindo a defender que deveria ser o Parlamento português a ter a iniciativa.

Marques da Costa é o rosto socialista desta proposta e Pacheco Pereira tem movimentado as cautelas pelo lado do PSD, alegando ser muito delicado do ponto de vista diplomático promover uma deslocação a Angola de deputados portugueses que ali surgiriam na qualidade de observadores, nem que para tal tenham sido previamente convidados pelas autoridades do próprio país.

Nesse sentido, o vice-presidente da maioria incumbiu António Maria Pereira de investigar em que circunstâncias é que similares delegações parlamentares portuguesas compareceram em Cabo Verde e em São Tomé precisamente por ocasião das eleições naqueles países. E precisamente esse paralelismo que é invocado por Marques da Costa em defesa da sua proposta, mas o PSD não parece disposto a ceder a comparações que considere precipitadas, dada a especificidade da situação que se vive em Angola e que fontes socialistas democratas da Comissão consideram ser "de extrema sensibilidade a qualquer gesto exterior".

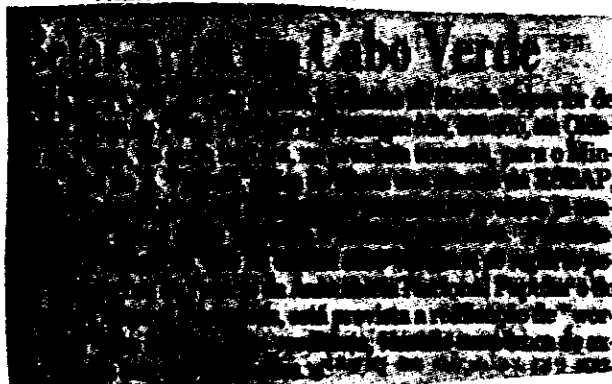
O exemplo da recentemente atribuída passagem em Luanda do socialista António Barreto, bem como alegadas dificuldades em torno de uma missão de cooperação da Gulbenkian em Angola são apontados por deputados da maioria para justificar que "Portugal não pode actuar como actuaria em relação a um qualquer país europeu em período eleitoral". O assunto deverá voltar a ser analisado na Comissão Parlamentar, na próxima semana. ■

Ángela Silva

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 24 JULHO 1982

EDUARDO DOS SANTOS E SAVIMBI NO BÉ — Os dois principais líderes da cena política angolana, Jonas Savimbi e Eduardo dos Santos, que em 31 de Maio de 1981 assinaram, no Estoril, os acordos de paz, vão realizar sábado actividades políticas em simultâneo na cidade do Bê, província do mesmo nome, no coração de Angola. Savimbi, que desde hoje presidirá naquela cidade à reunião da Comissão Política dirigida da UNITA para a elaboração das listas de candidatos às eleições de Setembro (ver pág. 18).

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 24 JULHO 1982



Cabo Verde tem nova bandeira

José Vicente Lopes
na Cidade da Praia

Cabo Verde já tem nova bandeira, mas o PAICV não quer uma nova Constituição, preferindo uma simples revisão constitucional. Por isso, não intervém nos debates do projecto constitucional apresentado pelo MPD; e que visa reforçar os poderes do Parlamento cabo-verdiano.

Perante o voto de silêncio do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), decorre desde segunda-feira na Cidade da Praia a sessão extraordinária do Parlamento que vai aprovar o novo texto constitucional; e que já ontem aprovou nova bandeira e novas armas para o país.

O silêncio do partido que até ao início do ano passado governou o arquipélago pretende ser um protesto à forma como o Movimento para a Democracia (MPD) tem conduzido o processo.

Para o líder dos deputados do PAICV, Aristides Lima, "está-se a utilizar um processo que não é normal para se fazer uma revisão constitucional, o que é um precedente muito grave"; e o seu partido não pode pactuar com um "golpe de estado constitucional".

Quanto a José António dos Reis, líder da bancada do MPD, "o PAICV não tem razão nem tem argumentos para sustentar em bases credíveis a sua atitude" e o partido governamental tudo fez para que a Oposição participasse no processo.

Curiosamente, o ponto de discordância entre os dois partidos anda à volta da data a dar ao texto que os deputados vão aprovar dentro de três ou quatro semanas. Enquanto o PAICV defende que, por se tratar de uma revisão, se deve manter a data-matriz da Constituição, aprovada em 1980, para o MPD a Constituição que os deputados vão aprovar nada tem a ver com a lei ainda em vigor.

Apesar das tentativas de conciliação, as duas partes não conseguiram chegar a um acordo, pelo que o PAICV decidiu, como forma de protesto, não participar nos de-

bates, mantendo-se contudo os seus deputados presentes no plenário. Esta posição tem sido criticada pelo MPD, que vê nisso mais uma atitude desestabilizadora do seu rival.

A proposta constitucional do PAICV não foi admitida a debate por não contar com as assinaturas de, pelo menos, um terço dos deputados.

Eleitos em Janeiro do ano passado, o MPD possui 56 dos 79 deputados, cabendo apenas 22 ao PAICV e sendo o restante um independente, que se afastou desse partido logo no início da legislatura.

Esta sessão parlamentar reveste-se de particular importância para a História de Cabo Verde porque é o culminar do processo de mudança política iniciado em Fevereiro de 1990. Foi nessa altura que o PAICV — então considerado "força dirigente da sociedade cabo-verdiana" — decidiu encetar as reformas políticas que acabariam com 15 anos de partido único.

Independentemente da participação ou não do PAICV nos debates, a sessão poderá conhecer momentos animados, dado que está em jogo o futuro quadro jurídico-constitucional em que o país irá mover-se. E um dos pontos mais polémicos continua a ser a definição do sistema de Governo.

Enquanto a maioria dos dirigentes do MPD defende um modelo em que o Parlamento passe a ser o centro vital do Poder, com o Governo a ter um papel mais relevante do que o Presidente da República, há sinais de que nem todos os deputados ficaram convencidos da eficiência de tal sistema.

No decorrer do debate na generalidade, na segunda-feira, o deputado Amândio de Carvalho — tido como porta-voz da Igreja Católica no Parlamento — apresentou as suas reservas em relação a esse ponto, para além de continuar a defender a proibição constitucional do aborto.

Apesar de possuir maioria qualificada, basta ao MPD perder o controlo de três dos seus deputados para ver o projecto inviabilizado. Deste modo, o "suspense" da sessão reside em se saber como irão comportar-se os deputados que se têm mostrado relutantes em relação a certos aspectos consignados no projecto constitucional patrocinado pelo primeiro-ministro Carlos Veiga.

PAIGC em diálogo com a oposição

PERANTE a ameaça de endurecimento de "formas de luta" por parte da oposição, o PAIGC, o partido há 18 anos no poder na Guiné-Bissau, decidiu finalmente dialogar directamente com os partidos legalizados desde 1991.

A perspectiva sombria que se desenhava de "acções de rua e greves" dissipou-se, pelo menos por agora. Os seis partidos da oposição legalizados e o PAIGC sentaram-se pela primeira vez à mesa e no fim consideraram haver condições para que o bom senso prevaleça. Helder Vaz, do Movimento Bafatá, diria aos jornalistas que "o diálogo imperou e a Guiné está de parabéns".

Na agenda constava uma proposta que o "Fórum Democrático" — espaço de concertação da oposição — havia formulado na primeira semana de Maio e que exigia o início do diálogo directo e a criação de uma comissão nacional multipartidária, cuja atribuição fundamental seria a criação dos consensos necessários a uma transição pacífica para a democracia. O PAIGC, que inicialmente reagira mal a esta proposta, nos encontros desta semana, tidos no Ministério da Cooperação, em Bissau, acabou por dar o seu acordo, pondo porém ressalvas na designação e no tempo de duração da referida estrutura.

Na óptica da oposição, a estrutura a criar deverá ter competência para analisar a lei eleitoral, e a lei de recenseamento eleitoral e remeter uma proposta única à Assembleia Nacional Popular (Parlamento), para efeitos de ratificação e publicação. A revisão constitucional deverá ainda ser feita neste quadro antes de chegar à Assembleia.

Problemas económicos

A braços com graves problemas económicos e financeiros, a Guiné-Bissau não se pode permitir uma situação de conflitos sociais, sob pena de ver fechar-

se-lhe as últimas portas... É que os principais parceiros de Bissau associam e fazem depender a questão da ajuda e cooperação económica à necessidade de uma real democratização da sociedade guineense.

Ainda há poucos dias, o governador do Banco Central, Luís Cândido Ribeiro, lançou o alarme dizendo que se o Banco Mundial não libertar a terceira "tranche" para a ajuda ao Programa de Ajustamento Estrutural, a comercialização dos produtos agrícolas ficará bloqueada e a campanha agrícola comprometida.

A insolvência da economia guineense impede o Governo

de "Nino" Vieira de satisfazer os compromissos. Assim, os programas de cooperação têm poucas hipóteses de continuidade. Por exemplo, o acordo de arranjo monetário, firmado com Portugal, aquando da visita a Bissau do primeiro-ministro Cavaco Silva, em Março do ano passado, pode vir a ser denunciado, caso o Governo guineense não pague uma dívida no valor de 630 mil contos. O prazo para o pagamento terminou no mês passado.

Face às dificuldades sentidas a nível da cooperação económica, o PAIGC tem vindo a acusar a oposição de incentivar os parceiros da Guiné-Bissau a não conceder ajudas ao país, como forma de pressionar o seu Governo.

Entretanto, a Bissau regressou ontem o líder da Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné (FLING), François Karikola Mendy, que há perto de 40 anos se exilava, nos tempos da administração colonial, tendo desde então vivido a maior parte do tempo na Gâmbia.

Por outro lado, em Lisboa, o presidente do Movimento Bafatá, Domingos Fernandes Gomes, assinalou com uma conferência e uma recepção o sexto aniversário daquele partido, que também se intitula "Resistência da Guiné-Bissau".

No fim deste ano — ou no princípio de 1993 — os guineenses deverão ir às urnas, a fim de eleger o Presidente da República e os deputados, pela primeira vez de entre uma pluralidade de listas.

José Artur Silva,
em Bissau

O encontro

Tomás Vieira Múcio em ROMA

JOAQUIM Chissano, e Afonso Dhlakama, vão reunir pela primeira vez no próximo dia 3 de Agosto em Roma, para procurarem, frente-a-frente, fórmulas de entendimento que ponham termo à guerra que destruiu completamente o país, causando mais de um milhão de mortos e dois milhões de refugiados nos países vizinhos.

O encontro confirmado ao EXPRESSO pelo ministério italiano dos Negócios Estrangeiros, constituirá uma assinalável vitória diplomática da Renamo, que vem assumindo a paternidade da iniciativa. Para Afonso Dhlakama, esta cimeira é uma oportunidade para reforçar a sua projecção internacional como líder empenhado na busca da paz.

A mediação italiana, não esconde o seu desagrado com esta iniciativa paralela que pode ser entendida como uma crítica às dificuldades de persuadir as partes a assinarem um acordo de paz.

Joaquim Chissano condicionava esta cimeira a um avanço negocial que abrisse caminho a um cessar-fogo ou pelo menos uma trégua alargada de seis meses; porém a falta de progressos sobre questões militares, torna difícil o acordo. Não é pois fácil avaliar quais as contrapartidas recebidas por Chissano do Presidente zimbabuano Robert Mugabe, que coordenou os preparativos do encontro, em associação com o empresário britânico Tiny Rowlands.

Dhlakama

«Não ao modelo angolano»

O LÍDER da Renamo, Afonso Dhlakama, disse esta semana ao EXPRESSO em Paris que, no seu encontro com Joaquim Chissano, provisoriamente a 3 de Agosto, em Roma, «vai ser discutido um cessar-fogo definitivo».

Uma fonte dos observadores das negociações na capital italiana confirmou que a reunião deverá ter lugar «em princípios» a 3 de Agosto, tendo as expectativas «razoavelmente optimistas». «Se não houver um cessar-fogo definitivo pensamos que pelo menos poderá sair da cimeira um cessar-fogo condicional dado parecer existir, agora, das duas partes, uma maior abertura», acrescentou.

Um dos pontos que mais dificuldades levantarão na cimeira será a definição do esquema de controlo do cessar-fogo. Segundo a nossa fonte, «as posições dos dois lados são neste momento de certo modo antagónicas».

Joaquim Chissano terá proposto um modelo parecido com o montado em

Angola, com uma comissão de verificação conjunta na qual tenham assento os países que têm seguido as negociações — para além da Itália, Portugal, França, Grã-Bretanha e EUA.

Dhlakama defende uma posição completamente diferente. «Não queremos o modelo angolano porque, para além do mais, os países ocidentais de que se fala nunca apoiaram a Renamo. Defendemos que seja a ONU a controlar a aplicação do cessar-fogo, e pedimos que sejam enviadas para o país forças militares das Nações Unidas — forças importantes e não apenas simbólicas», disse.

Nos restantes três pontos — definição dos princípios que gerirão a criação do exército único, controlo dos serviços de informação (SINAP) e suspensão de certos artigos da Constituição — as duas partes parecem estar já em vias de chegar a um acordo. «Pense que estas questões não deverão impedir a assinatura do cessar-fogo», declarou Dhlakama. A Renamo pretende suspender a aplicação dos artigos anti-democráticos e de alguns outros como o que concede ao Presidente poderes para declarar o estado de emergência.

O encontro entre os dois homens foi conseguido depois de cerca de duas semanas de diligências do presidente do Zimbábue, Robert Mugabe. Inicialmente, a cimeira estava programada para Gaborone, mas para não passar por cima da Itália, que tem organizado desde há dois anos as negociações de paz, acabou por se escolher Roma», adiantou a nossa fonte.

MÚCIO SEXTA-FEIRA, 24 DE JULHO 1990

CIMEIRA CHISSANO-DHLAKAMA A 4 DE AGOSTO — O primeiro frente-a-frente entre o Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, está definitivamente confirmado para 4 de Agosto na vila Madonna, o palácio governamental italiano, segundo afirmou ontem à Luz, em Roma, o mediador das conversações, Mario Raffinelli. Raffinelli sublinhou que tem estado em contacto permanente "ao mais alto nível" com todas as partes envolvidas nos preparativos da cimeira de Roma.

SEGUNDA-FEIRA, 27 DE JULHO 1990

Portugal intensifica cooperação militar com Maputo

DURANTE três dias, uma delegação portuguesa, chefiada pelo director-geral de Política de Defesa, general Gonçalves Ribeiro, esteve em Maputo, para avaliar com o Governo moçambicano os projectos de cooperação em curso e estudar novas modalidades da comparticipação portuguesa. Gonçalves Ribeiro — que neste momento acompanha o ministro da Defesa, António Costa Gomes, na viagem para Tunes — tinha regressado de Maputo na sexta-feira, 24 de Julho, na viagem para Tunes que fez ao ministro o relato das diligências realizadas na capital moçambicana. A sensibilidade transmitida a Nogueira vai no sentido de Moçambique contar com Portugal como cooperante privilegiado na reorganização das Forças Armadas e no planeamento da defesa de Moçambique. Portugal terá formulado o desejo de ver claramente posta na mesa de negociação de paz toda a matéria que diz respeito à cooperação militar e de defesa entre os dois governos. Neste momento com o estatuto de observador nas negociações, a pedido de ambas as partes em conflito, Lisboa não quer que a sua presença no terreno possa ser qualificada de marginal ou a título de excepção, caso dos 39 instrutores e monitores na Base de Nacala, no Norte do país. No planeamento prévio, elaborado pelos departamentos do Ministério da Defesa Nacional ligados à cooperação, já há "dossiers" mínimos para serem transformados em protocolos formais. Um deles refere-se à assessoria técnico-jurídica para construir o edifício legal da Defesa e Forças Armadas.

César Carnacheo

Ghebuza

«RENAMO teme a

Segurança»

A 11ª ronda negocial entre o Governo moçambicano e a Renamo foi precedida por uma série de informações optimistas, que podiam fazer esperar um acordo sobre questões militares. Um mês e meio depois do encontro, o chefe da delegação governamental, Armando Ghebuza, falou ao EXPRESSO, em Roma, sobre o estado actual das negociações.

EXPRESSO — As indicações agora existentes demonstram optimismo que antecede o encontro.

Armando Ghebuza — Podemos dizer que as previsões iniciais não se concretizaram. No regresso a Roma, em vez de negociações imediatamente as questões militares, depois as garantias e finalmente o cessar-fogo, a Renamo introduziu discussões sobre o funcionamento da Comissão Mista de Verificações (Comive) do acordo de Dezembro de 1990 sobre o cessar-fogo, peticionou os acordos da Base de Nacala e

uma nova proposta de cessar-fogo em termos de prazo e de verificação da implementação.

Comissão Mista de Verificações, mas ainda assim não se chegou ao acordo sobre as questões militares. Levantou duas questões a discutir questões colocadas pela Renamo sobre as actividades da Comive e o cessar-fogo por ser devolvido à própria Comive.

Quanto à questão humanitária, foi finalmente acordado que deveria de ser resolvida, ao mesmo tempo, com a assinatura da ONU. A Renamo insistiu na sua proposta de cessar-fogo com o estatuto de observador.

EXP. — O Presidente Joaquim Chissano anunciou esta semana que vai reunir brevemente com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama. O anúncio deste encontro não poderá prejudicar o avanço das discussões em curso em Roma, visto que Dhlakama afirma que um dos pontos da agenda será precisamente as questões militares.

Quanto à realização do encontro, a Renamo não tem qualquer problema. Recebeu a delegação portuguesa utilizando como pretexto para atrasar o processo negocial. Esperamos que o presidente da Renamo, ao encontrar-se com o Presidente Chissano, não utilize esta questão para atrasar as negociações.

EXP. — Qual é, afinal, a agenda do encontro?

A 11ª ronda de cessar-fogo. Foi o que o presidente disse e é bem conhecido. O Presidente Chissano já vai reunir

Perspectivas do encontro Chissano-Dhlakama

PÚBLICO

DOMINGO, 23 JULHO 1992

"PAZ EM Roma? Só quando se calarem todas as armas em Moçambique", afirma, céptico, Viriato Silva, um moçambicano de 30 anos, ao ser interrogado sobre as perspectivas do próximo encontro, em Roma, entre o Presidente Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

Para ele, "há muitos exércitos e muitas armas no país", pelo que não acredita que a paz se desenhe tão cedo no horizonte, apesar do alto nível de Roma, na primeira semana de Agosto.

O seu pessimismo é também baseado em informações surgidas na imprensa sobre a intenção da ala militar da Renamo em não depor as armas e se integrar no futuro Exército nacional, após a assinatura de um acordo de cessar-fogo.

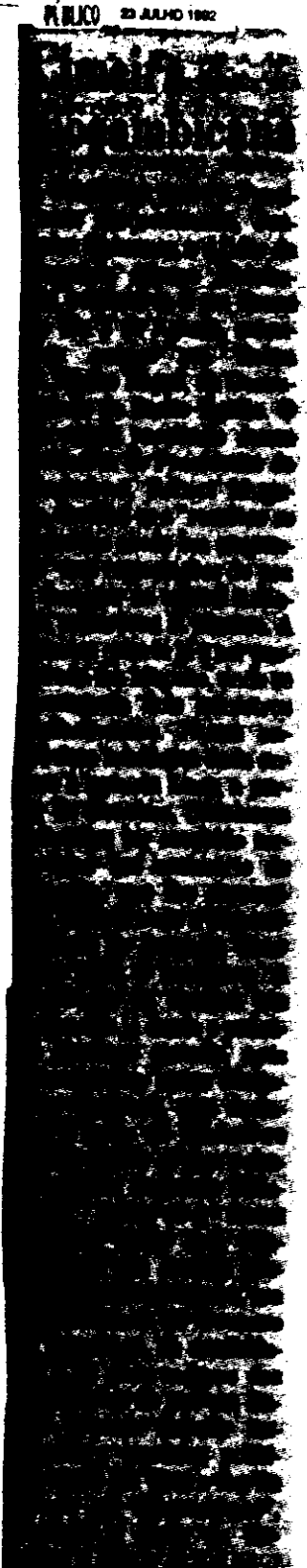
Um desertor da Renamo, apresentado como Samuel João, revelou recentemente à imprensa moçambicana que muitos comandantes militares da sua organização tinham manifestado tal intenção numa reunião havida em Maio com o principal delegado às conversações que têm decorrido na capital italiana, Raul Domingos.

Para muitas pessoas contactadas pelo PÚBLICO em Maputo, o encontro de Chissano com Dhlakama é visto com um misto de ansiedade, esperança e cepticismo.

A guerra já faz parte do quotidiano moçambicano há longos anos e as imagens de uma situação de paz são quase quimeras, sem data marcada.

Sectores políticos da capital fazem entretanto questão de notar a mudança de tom do discurso do Presidente Joaquim Chissano ante os resultados esperados de uma reunião com o líder da Renamo: há pouco mais de um mês dizia em Lisboa que um encontro de alto nível só valeria a pena se houvesse de antemão garantias concretas de paz para Moçambique; mas agora afirma esperar que do mesmo surjam resultados que levem a um cessar-fogo e à paz.

O Chefe de Estado moçambicano já deve ter obtido de facto algumas garantias, antes de se decidir a ir a Roma, numa data que ainda não confirmou mas que segundo os italianos será 3 ou 4 de Agosto — dizem aquelas fontes, segundo as quais as autoridades norte-americanas e o Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, poderiam ter feito chegar a mensagem de que Dhlakama está pronto para um compromisso.



Notícias da capital italiana dão conta de um certo mal-estar entre os medianeiros, por a primeira ter sido organizada por Mugabe, à sua revelia. Mas Chissano sublinhou que a prevista reunião não significa de modo algum a subalternização das negociações que desde há mais de dois anos têm vindo a decorrer na comunidade católica de Santo Egídio. »

Teresa Lima, em Maputo

Bolsa do Porto apoia Maputo

ALVES MONTEIRO, administrador-delegado da Bolsa de Valores do Porto, acaba de chegar, ao Maputo, a acordo com as autoridades moçambicanas no sentido de a instituição portuguesa prestar apoio na reestruturação do sistema financeiro moçambicano, quer ao nível regulamentar, quer ao nível do mercado primário de valores e desenvolvimento do mercado secundário. Neste último, existe já um embrião de operações, particularmente relacionadas com títulos da dívida pública de Moçambique. Uma outra área em que se desenvolveram conversações foi a da formação de quadros, neste caso em concorrência com Italianos e sul-africanos. Alves Monteiro teve reuniões com o primeiro-ministro, o ministro das Finanças e o governador do Banco Central, entre outros. »

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 21 JULHO 1992

Moçambique A paz é possível

OS INDÍCIOS que nos últimos dias nos chegaram dizem que, "em breve", o Presidente Joaquim Chissano se sentará numa mesma sala com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, a fim de darem um passo decisivo no sentido de se conseguir a paz desde há muito aguardada pelas populações de Moçambique.

Depois de há duas semanas ter estado em Washington a conferenciar com entidades norte-americanas, de no sábado haver recebido em Maputo a visita do Presidente sul-africano e de no domingo ter visitado o seu homólogo do Zimbabwe, Chissano mostra-se mais disponível do que anteriormente para um encontro com Dhlakama.

A nova disponibilidade verifica-se também numa altura em que em Roma estão finalmente a ser discutidas as questões militares inerentes a uma normalização da vida em Moçambique: critérios de formação de um Exército único, composição do mesmo e número de homens a englobar, depois de desmobilizada a maior parte das forças da Frelimo e da Renamo.

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 21 JULHO 1992

ARMAS QUÍMICAS DA RENAMO — Um relatório elaborado por peritos britânicos, a pedido do Governo de Moçambique, diz que a Renamo utilizou em Janeiro armas químicas contra o Exército, quando este tentou atacar uma base da guerrilha em Ngunwe, junto à fronteira com a África do Sul — notícia a publicação independente "Media Fax", de Maputo. No incidente em questão morreram ou foram dados como desaparecidos 80 soldados.

Apesar de toda a reserva motivada por muitas falsas esperanças que no passado se geraram quanto às hipóteses de paz naquele país da África Austral, parece que desta vez será mesmo verdade que Chissano e Dhlakama chegaram finalmente ao diálogo, quer isso ocorra no fim deste mês ou demore ainda mais algumas semanas.

Verificada a incapacidade prática da Itália para conseguir algo de muito positivo nos mais de dois anos que já levam as conversações de Roma, é agora a altura de entrarem em cena — além dos observadores portugueses e norte-americanos — alguns estados africanos, como o Botswana, o Zimbabwe e o Malawi.

Da conjugação de todas as boas vontades e da pressão que governos como o norte-americano, o sul-africano, o francês e o britânico saibam exercer sobre as duas partes é que surgirá o desejável acordo de cessar-fogo, ao que se espera dentro dos próximos meses.

"Creio que a paz pode agora chegar a qualquer altura... Sei que a Renamo aponta para o fim do ano; mas julgo que a poderemos conseguir antes", disse Chissano numa entrevista que a revista norte-americana "Newsweek" vai publicar esta semana e a que o PÚBLICO já teve acesso.

Noutro ponto da entrevista, o Chefe de Estado moçambicano declarou não saber quem é que poderia agora fazer melhor do que o Presidente De Klerk, se ele se demitisse, como pediu o ANC. »

Entrevista com Mark Latham, director de operações do World Food Programme em Moçambique

“Se não houver paz, morrer-se-á simplesmente de fome”

Vera Gonçalves,
em Roma

Em Moçambique morre-se de fome devido à seca e devido à guerra, e nem sequer há sementes para a próxima sementeira. A comunidade internacional tenta ajudar. Mas, como explica Mark Latham, nem sempre é fácil, sobretudo quando a guerra continua e os acordos são frágeis.

PÚBLICO — Qual será o primeiro passo a ser dado pelo WFP em Moçambique em relação ao acordo assinado há dois dias em Roma?

MARK LATHAM — A primeira coisa que deveremos fazer, seguindo a orientação do acordo, é estabelecer um comité em Maputo, coordenado pelas Nações Unidas e com a participação dos intermediadores das negociações e dos observadores oficiais, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Portugal e Itália. Este comité terá a responsabilidade de coordenar e controlar a distribuição de ajuda humanitária em Moçambique. Este é apenas o primeiro passo. Houve um acordo para que a assistência humanitária conduzida sob os auspícios das Nações Unidas ou da Cruz Vermelha Internacional opere livremente.

A primeira coisa que faremos é organizar transportes para certas partes do país onde os veículos não podem chegar pela falta de rodovias. Organizaremos comboios de camiões que sejam garantidos pelas Nações Unidas. Colocaremos bandeiras da ONU nesses camiões, para mostrar que eles pertencem às Nações Unidas, e provavelmente teremos que providenciar oficiais da ONU para os escoltar. Devo esclarecer que não haverá nenhum tipo de escolta militar, a escolta da ONU não é armada. Teremos que antecipadamente avisar o Governo e a Renamo que estes camiões estarão a ir de um determinado lugar para outro, num determinado dia. Se o acordo assinado há

dois dias funcionar, esses camiões deverão chegar aos seus destinos.

P. — Quais são as zonas onde o WFP concentra a sua ajuda humanitária para Moçambique?

R. — O sistema que citei acima deverá ser posto em prática em todas as partes do país onde for fisicamente possível viajar. Algumas zonas são inatingíveis pela falta de estradas, ou porque uma ponte está destruída e não permite que se continue a viagem, ou porque podem haver minas nas estradas. Isso significa que teremos também que ver o que é necessário para efectuar os trabalhos nessas vias.

Algumas áreas terão que ser auxiliadas através de pontes aéreas. A principal novidade desse acordo é que será permitido o fornecimento de ajuda humanitária dentro das zonas controladas pela Renamo, onde até agora nunca tinha sido possível chegar porque a Renamo nunca havia dado permissão, e o Governo não nos autorizava a efectuar operações aéreas para essas regiões. Apenas a Cruz Vermelha tinha feito algumas operações limitadas nessas áreas, através de acordo com ambas as partes, mas mesmo assim nunca foi autorizada a entrar em determinados territórios e, portanto, a ajuda era sempre limitada a pequenas quantidades de alimentos. Como as pessoas necessitam urgentemente de alimentos para continuarem vivas, teremos que estudar qual será o melhor canal de acesso, a melhor maneira de levar ajuda a essas áreas sob controlo da Renamo.

No início, a Renamo permitirá o acesso apenas através de estradas que vêm do exterior de Moçambique. Isso é resultante da falta de confiança que eles têm no Governo: não usar estradas que possam servir de via militar para o Governo. Esse tem sido sempre o medo deles. Acreditam que a única maneira de se defenderem é isolando-se.

P. — O senhor acredita que a Renamo colocará algum tipo de resistência, que poderá dificultar o acesso desses camiões?

R. — Elas acreditam que uma das maneiras de se protegerem é cortando todas as comunicações por terra. Têm medo que o exército aproveite para seguir esses camiões que transportarão ajuda humanitária. Inicialmente, permitirão o acesso apenas por estradas que

venham do Zimbabwé e do Malawi porque o exército não poderá utilizar essas mesmas estradas. Mas isso não é tão simples quanto pode parecer, porque mesmo essas estão destruídas ou minadas. É preciso, antes, avaliar as condições físicas dessas vias.

Como ninguém esteve antes nas áreas controladas pela Renamo, uma das primeiras tarefas é ir até lá para ver quantas pessoas precisam de ajuda, como vivem, do que necessitam e como poderemos chegar até elas.

Não acredito que a Renamo esteja disposta a um acordo sobre o uso de estradas nacionais, de acesso através das estradas que começam em Moçambique, antes de iniciarmos as nossas actividades. Apenas quando eles constatarem que o Governo vai honrar o seu compromisso é que deverá haver uma confiança maior. Será um exercício de aumento de confiança para ambos os lados, o que poderá auxiliar o processo de paz. A assistência humanitária é imprescindível hoje em Moçambique.

P. — Qual é a capacidade de actuação do WFP?

R. — Teremos uma grande responsabilidade, mas isso é o que sempre pedimos durante anos a ambas as partes. Segundo as nossas previsões, no período de Maio deste ano até o final de Abril de 1983, há necessidade de meio milhão de toneladas de alimentos, mas esse número não inclui as pessoas que vivem nas áreas controladas pela Renamo. Portanto, essa quantidade terá que aumentar, mas teremos antes que verificar em quanto.

P. — Que perspectivas vê para a situação do país e das negociações de paz?

R. — O país vive uma das suas piores secas conhecidas e faltam sementes para as próximas plantações. Mesmo quando se chegar a um acordo de paz, precisaremos de continuar a auxiliar as pessoas que voltarão a viver nos seus locais de origem. Teremos que reconstruir o país, fornecer as infra-estruturas necessárias.

Infelizmente, parece-me que a seca terá importância nesse processo de paz, porque, caso não se chegue a um acordo de paz, as pessoas simplesmente morrerão de fome.

“É preciso ter a coragem de medidas que agravam as condições de vida”

STP

Conceição Lima

Na sua primeira entrevista a um jornal português desde que há pouco mais de dois meses tomou posse como primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, o congressista quíntico Norberto Costa Alegre, de 41 anos, diz que “é preciso ter a coragem” de adoptar medidas “não incontestáveis como o aumento do preço dos combustíveis e a despedida de funcionários públicos.

Norberto Costa Alegre, primeiro-ministro saotomense desde 16 de Maio último, é hoje recebido, pela primeira vez, pelo seu embaixador português, Aníbal Cavaco Silva, no regresso de uma viagem que efectuou a Genebra, para se reunir com os donadores internacionais que têm permitido a vida do seu país.

Horas antes, falou nos dias prioridades do seu Governo (que tem o patrocínio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional), do agravamento do custo de vida em São Tomé e Príncipe, da reforma da administração pública, do perdão da dívida externa, do relançamento da economia, das relações com o Presidente Miguel Trovoada e de mais alguns pontos, incluindo uma imprimeção em relação ao chefe do anterior regime, Manuel Pinto da Costa.

PÚBLICO — Quais são as prioridades do seu Governo?

COSTA ALEGRE — Entre as prioridades do Governo está, antes de tudo, a reanulação do funcionamento da Administração, entendendo-se por isso a ultrapassagem de uma certa paralisia que se instalou no país durante a crise política que durou aproximadamente três meses. Estamos e continuaremos a fazer esforços no sentido de um aperfeiçoamento contínuo do diálogo com as forças políticas e sociais, com os responsáveis pela máquina administrativa, com as agências económicas, enfim, com a sociedade

civil, de modo a que haja um melhor entendimento e uma melhor cooperação.

Outra prioridade é o lançamento e execução de uma série de medidas que permitam atenuar os efeitos do Programa de Ajustamento Estrutural e que anunciaremos oportunamente. O programa tem vindo a ser aplicado desde 1987, com bons resultados — a sua aplicação desde 1991. A recente reunião que tivemos em Genebra com os nossos parceiros económicos proveu que a firma como tempo vindo a aplicar o programa permitiu que ganhassemos a confiança dos credores. A reabilitação das infra-estruturas é outra condição básica para o relançamento do país, e que pressupõe, para além de grandes esforços financeiros, esforços organizativos, uma efectiva capacidade de acompanhamento e de fiscalização dos projectos e uma reestruturação da Administração, de modo a que as prioridades definidas pelo Governo sejam como tal respeitadas e executadas.



Norberto Costa Alegre em questão de sustentabilidade

Linha de continuidade

P. — Em que aspectos difere o programa do seu Governo do do anterior executivo, chefiado por Daniel Djaló?

R. — Há uma linha básica de continuidade entre o programa do II Governo e o

do Governo anterior. A principal diferença radica na preocupação que tivemos de definir com maior clareza as grandes opções a serem levadas a cabo e em estabelecer de forma mais explícita uma agenda de prioridades. Nessa agenda incluem-se o processo de distribuição de terras e a reforma dos sistemas financeiro e aduaneiro, que

não exigências de um desenvolvimento sustentado da economia.

P. — De tudo isto, o que é que já está a ser implementado?

R. — A título exemplificativo, falarei de três cursos separados para jovens que terminaram o ensino secundário, cujo objectivo é apetrechá-los para o primeiro

emprego. São cursos de contabilidade, gestão e administração. Um já está a decorrer, deverá terminar em finais do ano, estando previstos outros quatro para os próximos dois anos. A taxa de desemprego ultramarino hoje os 30 por cento e penaliza sobretudo a camada mais jovem, o que tem de constituir uma preocupação e uma prioridade para o meu Governo.

P. — Uma das primeiras medidas que tomou foi proceder a novos aumentos dos preços de combustível. O agravamento do custo de vida decorrente de medidas desta natureza não irá afundar ainda mais a base popular de apoio do seu Governo?

R. — É preciso ter a coragem de adoptar estas medidas, que são incontestáveis e que correspondem a opções de fundo que têm de ser feitas. Não somos um caso excepcional, a maioria dos países do Terceiro Mundo vê-se a braços com programas similares que visam atender aos graves desequilíbrios resultantes do facto das poupanças internas não chegarem sequer para cobrir as necessidades mais imediatas, nomeadamente no domínio do abastecimento alimentar. São Tomé e Príncipe tem de recorrer a créditos para importar bens alimentares. São necessários esforços internos para que se cubra o défice orçamental, e isto passa obrigatoriamente por uma política de preços realista. Não creio, contudo, que isso

venda a minar a base popular de apoio do Governo constituído pelo Partido da Convergência Democrática (PCD). Naturalmente que não são medidas simpáticas, mas tem havido um esforço para explicar a sua razão de ser e para que se entenda a sua inevitabilidade.

Alternativas de segurança

P. — Não nega que tais medidas correspondem a um agravamento das condições de vida da população...

R. — Não, não nego, mas é absolutamente indispensável descobrir mecanismos que ofereçam alternativas de segurança às pessoas, pelo que se torna necessário apontar não em medidas falsas, mas num dimensionamento realístico dos problemas. É preciso investir em sectores efectivamente produtivos, para se relançar a economia, criar novos postos de emprego e lançar as bases de um futuro progressivamente menos sombrio. Temos, para corrigir todo isso, que recorrer à ajuda externa e a ajuda externa é condicionada.

P. — A reforma da Administração Pública, no âmbito do Programa de Ajustamento Estrutural, irá conduzir ao despedimento — calcula-se — de pelo menos duas mil pessoas.

R. — Está mais bem informado do que eu. Neste momento, não lhe poderei avançar números com precisão, porque os estudos de fundamentação ainda não foram concluídos. O que não se pode questionar é a necessidade urgente de racionalização dos meios disponíveis, o que não é compatível com uma máquina pesada e ineficiente. Isto é válido para a Administração Pública e para todos os sectores da vida nacional.

P. — Quais foram os resultados concretos da reunião que efectuou em Genebra com os donadores internacionais?

R. — Fomos a uma reunião movida por duas preocupações fundamentais: assegurar o peso da dívida (215 milhões de dólares) e assegurar a cobertura dos défices de financiamento da balança de pagamentos. Submetemos aos nossos parceiros um documento de política económi-

República do cacau

SÃO TOMÉ e Príncipe é um pequeno país africano de 964 quilómetros quadrados, situado entre a linha do Equador e com uns escassos 130.000 habitantes, cujo rendimento médio não vai acima dos 250 dólares, ou seja, é bem inferior a um décimo do português.

Uma vez que a produção de cacau é hoje muito inferior à de há 30 ou 40 anos, que as plantações não foram renovadas e que as autoridades estão agora quase nadas para diversificar a economia, o arquipelago vive em extremas dificuldades e o seu aspecto geral (explorações agrícolas, estradas, prédios...) é bem pior do que aquele que apresentava nos últimos anos da administração colonial portuguesa.

que o regime multipartidário iniciado no ano passado seja tanto mais dinâmico do que o foi o sistema do partido único que vigorava desde 1975, que saiba liberalizar a fundo a economia e atrair investimentos estrangeiros.

ca para 92-94 e posso dizer-lhe que em relação a uma e outra questão encontramos compreensão. Acordou-se no estabelecimento de contactos a nível bilateral.

Portugal perdoo

P. — Sabe-se que Portugal decidiu nessa reunião perdoar a dívida saotomense.

R. — Portugal é o nosso principal credor e agradeço-me dizer que foi o país que assumiu a posição mais clara e mais positiva, o que motivou os outros parceiros presentes. Quanto a pormenores, serão objecto de discussões bilaterais.

P. — Nos esforços com vista ao relançamento da economia, qual é o lugar do vital sector agrícola?

R. — Antes de tudo, não

necessários meios. Conseguimos mobilizar vários parceiros multilaterais e bilaterais que nos asseguraram já volumes avultados de financiamento. A aposta na Reforma Agrária permitirá aos que trabalharem a terra extrair dela benefícios directos. Em termos de legislação de base, o Governo aprovou e submeteu ao Parlamento a lei que irá regular o processo de distribuição de terras e que estabelece condições de elegibilidade dos candidatos, bem como a lei-quadro das privatizações. Sublinho aqui a perfeita consciência que temos da dependência que existe em relação ao cacau (cerca de 30 por cento das nossas receitas) e que essa situação tem de ser corrigida. A diversificação da agricultura insere-se no âmbito mais vasto da diversificação da economia e daí a nossa

aposta na reabilitação das infra-estruturas de base, tanto as de apoio à produção como as sociais.

As pescas e o turismo são duas apostas de fundo. As pescas representam já a segunda fonte de receitas do país e estamos a criar condições para o seu permanente reforço. Quanto ao turismo, teremos que alargar e melhorar as infra-estruturas hoteleiras, de modo a incentivar a intervenção do capital privado, quer nacional quer estrangeiro. Já foi aprovado o novo código de investimentos.

P. — O problema da escassez da energia é um óbice ao desenvolvimento do turismo.

R. — É um óbice ao desenvolvimento do país. Por isso, em Genebra concluímos que se tornava fundamental, para além da reunião sobre a dívida, efectuar reuniões se-

toriais. A primeira a ter lugar será juntamente a do sector de Água e Energia.

Relações com Trovoada

P. — Há rumores de um “pacto de não agressão” entre o seu Governo e o Presidente da República.

R. — Falar-se em pacto distorce a realidade. É certo que o relacionamento entre as duas entidades conheceu na II República momentos de tenção, resultantes do não aprofundamento desse mesmo relacionamento. O II Governo tem-se esforçado para que haja aprofundamento, para que haja concertação, de modo a que cada um assumisse de melhor maneira possível a parte que lhe cabe nos esforços de revitalização da economia, do país, do Esta-

do... o que pressupõe a definição e o respeito do âmbito das respectivas competências. Esse esforço de concertação, que visa todos os ângulos de sobranza e a sociedade civil em geral, tem tido os melhores resultados.

P. — A crise que conduziu à queda do anterior Governo está ultrapassada?

R. — Há muito. **P.** — Quais foram os resultados das recentes negociações entre o PCD e o principal partido da oposição, o MLSTP?

R. — Lamento, mas sobre Portugal em direcção do PCD, o partido tem mecanismos próprios para se fazer ouvir. O que lhe posso dizer é que a nível do Governo estamos acompanhados no diálogo com as forças políticas e sociais, enfim, com os vários agentes representativos dos diversos in-

teresses que se conjugam no país. A resposta tem sido bastante positiva e a ideia de um pacto social permanece de pé.

P. — Foi uma lógica que motivou contactos recentes com o antigo Presidente Pinto da Costa?

R. — É convicção do meu Governo que a todos os saotomenses deve ser dada a oportunidade de participar na vida do país. Não poupamos esforços no sentido de assegurar o concurso de todos os cidadãos, independentemente das suas opções partidárias e individuais.

P. — Confirma que se encontram com Manuel Pinto da Costa?

R. — Repito-lhe que da parte do Governo que dirijo não serão poupados esforços no sentido de assegurar o concurso de todos os saotomenses. Fê-lo-emos com complica-

Vance iniciou missão na África do Sul

O ENVIADO especial do secretário-geral das Nações Unidas, o norte-americano Cyrus Vance, que foi secretário de Estado do Presidente Carter e que conta já 75 anos, chegou ontem à tarde à África do Sul, onde durante dez dias vai estudar a situação e tentar desbloquear do processo negocial.

A chegada, o enviado de Butros-Ghali disse ter esperança em que a sua missão possa contribuir para acabar com a violência e para que se reate a Convenção para uma África do Sul Democrática (Codessa).

A combinação da sua visita e de diversas outras atitudes por parte dos diversos parceiros da cena política sul-africana poderá fazer com que, no mês de Agosto, se avance finalmente no sentido de se conseguir um Governo de Unidade Nacional e de se promover, dentro de seis ou sete meses, a eleição de uma Assembleia Constituinte.

O Governo de Frederik de Klerk reúne-se amanhã e depois, a fim de dar mais alguns passos que acabem com o bloqueio das negociações, pois entende que a situação de conflito permanente com o ANC e as organizações a ele associadas é absolutamente desnecessária.

Segundo o jornal "The Star", de Joanesburgo, o Governo vai tentar, na reunião desta semana, aproximar as suas posi-

ções das do movimento chefiado por Nelson Mandela, para que o recomeço da Codessa seja possível e assim se comecem a delinear as futuras estruturas constitucionais da África do Sul.

Mandela namora os zulus

Entretanto, uma delegação do alto nível do ANC entregou ontem uma mensagem de Mandela ao rei dos zulus, Goodwill Zwelithini, solicitando-lhe uma audiência.

Segundo um comunicado distribuído em Ulundi, capital do bantostão KwaZulu, o soberano manifestou-se preocupado com a violência que tem havido na África do Sul e com a dimensão étnica da mesma.

A tentativa de Mandela de falar directamente com o rei Goodwill vem na sequência das suas relações difíceis com o primeiro-ministro do KwaZulu, e chefe do Partido Inkatha, Mangosuthu Buthelegi.

Enquanto isto, ainda na segunda-feira, mais de 360 pessoas foram detidas quando das manifestações organizadas pelo ANC e que reuniram uns 16.000 simpatizantes.

A maior parte dos dias de protesto contra o Governo decorreu sem incidentes, mas no "ghetto" negro de Kagiso, a ocidente de Joanesburgo, alguns manifestantes apedrejaram polícias.

Estas manifestações inscrevem-se no quadro das "acções de massas" com que o ANC pretende apressar a passagem de um Governo só de brancos para um que seja representativo de todas as etnias. ■

Companhia de Harlem na África do Sul

A COMPANHIA nova-iorquina Dance Theatre de Harlem, formada principalmente por bailarinos negros, anunciou ontem que ia realizar, pela primeira vez em Setembro, espectáculos na África do Sul. Um contrato de três semanas foi assinado entre a companhia — formada por 50 bailarinos, entre os quais se contam vários negros de origem sul-africana — e o Civic Theatre, de Joanesburgo, disse o seu fundador e director artístico, Arthur Mitchell. Este responsável declarou que decidira contratar a companhia norte-americana depois de ter consultado associações negras e outras organizações na África do Sul e nos Estados Unidos. ■

A EXPLOSAO que muitos continuam a prognosticar para a África do Sul ainda não se registou, mas a violência continua ali a fazer parte do quotidiano. Em Joanesburgo, um polícia aponta a sua arma para os manifestantes que, na quarta-feira, se concentraram frente a um tribunal no âmbito da semana de protestos convocada pelo Congresso Nacional Africano (ANC), o Congresso dos Sindicatos sul-africanos (COSATU) e o Partido Comunista. Ontem, o número de detidos ultrapassava já os mil. O ANC e os seus aliados decidiram convocar uma greve geral para os dias 3 e 4 de Agosto para forçar o Governo de Frederik de Klerk a adoptar medidas concretas contra a violência e a aceitar um Executivo multirracial. Os dois dias de greve deverão ser prolongados por manifestações e concentrações simbólicas a realizarem-se durante toda a primeira semana de Agosto, numa acção que os seus organizadores classificam como "sem precedentes". Sobre a violência é também o relatório, ontem divulgado, que o Governo de Pretória pediu a especialistas britânicos e no qual estes denunciavam as "carências" da polícia no inquérito sobre o massacre de Boipatong, a 17 de Junho, que se saldou na morte de 45 pessoas. O relatório isenta a polícia das acusações de cumplicidade, mas adianta que "a falta de pessoas e o uso inadequado do pessoal disponível permitiram que o massacre fosse perpetrado". ■

De Klerk deseja eleições

O PRESIDENTE sul-africano, Frederik de Klerk, disse ontem que o país necessita urgentemente de efectuar eleições para um Governo Interino de Unidade Nacional e para uma Assembleia Constituinte, mas que isso só poderá acontecer depois de mantidas as negociações entre os diferentes grupos políticos e sociais. A declaração favorável ao recomeço do diálogo com o ANC e as demais partes surgiu depois de o Governo se ter reunido durante dois dias para estudar a pior crise política dos últimos dois anos; e enquanto milhares de partidários de Nelson Mandela debulhavam frente a edifícios públicos, exigindo o fim do monopólio do poder pela minoria branca. ■